

# Um clube muito especial

Ao contrário do que poderia parecer, não existe nenhum endereço com este nome. Os sócios podem se reunir em qualquer local, mas preferem o velho hotel Majestic, na avenida Kleber, em Paris. Do Clube fazem parte todos os países europeus que emprestaram dinheiro a um país devedor. Trata-se de uma reunião informal entre representantes de governos credores, sob a presidência do diretor do Tesouro francês, que no momento é o sr. Michel Camdessus.

O Clube de Paris se tornou assim conhecido a partir de 1956 quando se reuniu para examinar a situação da Argentina que pedia o reescalonamento de 350 milhões de dólares de dívidas contraídas com os países europeus pelo governo de Perón.

Para participar do Clube, cada sócio tem que ter no mínimo um crédito de 500 mil DES (Direitos Especiais de Saque), o que corresponde a aproximadamente um milhão de dólares. Na qualidade de observadores, mas com direito a

atuar nos trabalhos do Clube participam três organismos internacionais: o FMI, o Banco Central e a secretaria-geral da UNCTAD.

O Clube de Paris só aceita iniciar conversações com um país devedor depois que ele já recorreu ao Fundo Monetário Internacional, exigindo desta forma que o credor adote uma política de contenção e redução dos gastos públicos, capaz de garantir aos seus "sócios" a segurança de que vão receber os pagamentos devidos. A honestidade é o principal elemento nas conversações, destacou um diplomata europeu que teve uma longa experiência junto ao Clube de Paris.

O procedimento do Clube de Paris abrange duas fases distintas: na primeira (em que se encontra o Brasil) o país devedor expõe sua situação aos credores apresentando-lhes uma proposta. Em seguida os credores se reúnem secretamente, sem o devedor para estabelecer uma solução comum, isto é, todos os governos devem aceitar as mesmas condições para receber os seus créditos.

Na segunda fase, credores e devedor se reúnem para discutir a proposta do Clube e ao final desta etapa estabelecem por unanimidade as disposições gerais para consolidação da dívida. Constatam em ata a natureza dos créditos, a data limite para assinatura dos contratos, as condições de pagamento com prazos de carência e o reescalonamento propriamente dito. O Clube de Paris jamais aceita reescalonar 100% das dívidas de governo a governo, ficando uma parte delas fora de qualquer negociação. Aceitas as condições, o país devedor se compromete diante do Clube a procurar os credores para particularizar as negociações sempre nas mesmas bases que foram acordadas em âmbito comum.

A consequência mais importante da renegociação no Clube de Paris é que ela afasta o risco do país devedor vir a declarar a moratória, assegurando aos credores a certeza de que vão receber os pagamentos, enquanto o país devedor recupera a sua credibilidade no exterior.